

**Faculdade de Medicina do Paraná: História, Ciência e Assistência
(Curitiba, 1913-1946)**

Erica Piovam De Ulhôa Cintra

Resumo: Em Curitiba, no final do ano de 1913, foi criada oficialmente a Faculdade de Medicina do Paraná, a primeira escola médica paranaense. Como parte integrante do projeto formativo da Universidade do Paraná (fundada em 19 de dezembro de 1912, desmembrada anos depois e reconstituída em 1946), em reunião que congregou os cursos já existentes de saúde (Odontologia e Farmácia) ao médico-cirúrgico então criado, a Faculdade de Medicina do Paraná passou a ser mais uma possibilidade formativa frente às centenárias escolas médicas brasileiras sediadas no Rio de Janeiro e em Salvador. E matizou uma importante ação que procurou equacionar os recorrentes problemas de saúde/doença e de longa data a falta de médicos e de especialistas para assistir a população paranaense. No bojo desse projeto, constava o apelo à modernização do estado cuja recente emancipação administrativa e política datava apenas sessenta anos. Da constituição da Faculdade de Medicina do Paraná e a profissionalização de médicos (e de especialistas da saúde), partiu a estruturação de uma rede de serviços de assistência à saúde pública que se fizeram absolutamente necessários àquele tempo e se fazem presentes ainda hoje no cotidiano da capital, como a Maternidade Victor do Amaral (desde 1914), o Hospital da Criança (atual, Hospital Pequeno Príncipe, desde 1919), e ainda outros exemplos. A escola médica se constituiu no lugar efetivo de encontro de agentes governamentais e de profissionais da medicina (e da saúde) que procuraram arregimentar o conhecimento médico científico em ainda outras instituições que lhes assegurassem firmar uma linguagem específica (científica) e um saber coeso ao grupo (médico). Da Faculdade de Medicina do Paraná se seguiram as primeiras sociedades médicas e suas revistas que circularam nesse e ainda outros estados brasileiros visando a consolidação da emergente classe médica do estado. O processo da institucionalização da ciência médica no Paraná investiu, portanto, e ao longo das décadas da primeira metade do século XX, em várias frentes de inserção política, educacional, tecnológica e social com a criação de espaços e instituições de congregação (associações médicas), de profissionalização (do ensino médico e da assistência pública) e de difusão desse saber (revistas médicas) produzido e afirmado pelo grupo então reunido – médicos, professores, agentes do governo, intelectuais do seu tempo e alunos da escola médica paranaense -, visando firmar e consolidar essa específica ciência que teve, na Faculdade de Medicina do Paraná, a instituição de aglutinação e de difusão inicial. Explorar um pouco da trajetória dessa instituição educacional e de ciências ao longo das primeiras décadas do século XX é o propósito do presente artigo que esboça as conclusões da tese de doutoramento (CAPES) desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, e que se alicerçou nos referenciais da História Social e da História da Educação e da Saúde para a sua realização.

Palavras-chaves: história da educação; história da medicina e da saúde; instituições de educação e de ciências; história-séculoXX

Saúde pública paranaense e educação: expectativas do começo do século XX



**Figura 1 - Cartão Postal, “Curityba – Universidade do Paraná”, s.d.
(Arquivo da Direção do Setor de Ciências da Saúde - UFPR)**

No início de 1912, ano de fundação da Universidade do Paraná (UP), o estado paranaense contava com aproximadamente 540 mil habitantes, dentre os quais, cerca de 40 mil somente na capital (Curitiba). A expansão demográfica observada à época ocorria juntamente com a ampliação de casas comerciais e de pequenas indústrias que ali se instalavam e, aos poucos, dando contornos urbanos à cidade. Contudo, a contradição entre o desejo de modernização da urbe aos moldes da capital brasileira e a efetiva precariedade da vida urbana da “moderna Curitiba” era amplamente destacada nos jornais da cidade como destaca Benvenuti: “a imagem de riqueza, de beleza e de ordenamento burguês tão necessárias a uma *cidade moderna* era quebrada pela sujeira, pelos *odores fétidos*, lama, doenças, cortiços e pela pobreza presente em pleno centro daquela que era a capital do Estado do Paraná.” (2004: 27 – grifos no original)

As reclamações acerca das novas condições de vida recaíam sobre a falta de higiene ou a insalubridade das habitações, o esgoto a céu aberto e o mau cheiro que rondava a cidade causado sobretudo pelo acúmulo do lixo e de águas paradas, pela ausência de um sistema de esgotamento, bem como sobre os problemas que acusavam a má qualidade e distribuição da água, do leite e da carne verde, temas que preocupavam a muitos e ganhavam também o seu espaço nos jornais. Problemas quanto ao atendimento à saúde da população eram de longa data. As ações em torno do tema da medicina e da saúde eram muito pontuais e de indivíduos que, a rigor, entendiam ser importante algum esforço na melhoria e ampliação dos precários, porém existentes, serviços de assistência a saúde pública paranaense. Muitas vezes, esses indivíduos eram os próprios médicos já atuantes na vida pública paranaense e formados, na sua maioria, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), que, segundo Roberto Machado (1976), já teriam naquela instituição, uma conotação de ação social na profissionalização de seus alunos. Seria esse o perfil de médicos como Victor do Amaral, Nilo Cairo, Reinaldo Machado, João Evangelista Espíndola, e muitos outros, todos formados pela FMRJ, que, se somando aos cidadãos incomodados, reclamavam atitude do poder público

frente a tantos problemas conhecidos e veiculados na imprensa local.

Uma das ações neste âmbito, de certo modo reveladora da incipiente participação dos órgãos públicos junto às casas de saúde da cidade, foi a abertura, em 9 abril de 1913, de “subscrições permanentes” (doações) no periódico *Commercio do Paraná* para a SCM de Curitiba (COMMERCIO DO PARANÁ, 9 abr. 1913, p. 2). Ideia que veio a reboque das *subscrições* que se faziam juntar às famílias dos combatentes mortos no Irany (Guerra do Contestado, PR-SC) em outro importante periódico da época, o *Diário da Tarde*, desde fins de 1912. É de notar que pela direção daquele jornal respondia um dos médicos da casa hospitalar beneficiada: o dr. Victor do Amaral. Era de ações, de certo modo, rudimentares como essa que acusavam o estado precário da manutenção da assistência pública, até mesmo àqueles que estavam ligados, há algum tempo, à esfera pública. Victor do Amaral não era, em definitivo, um personagem qualquer da vida pública paranaense. Naquele começo de 1913, era o aclamado diretor geral da então Universidade do Paraná e já havia sido diretor da Santa Casa de Misericórdia (SCM) de Curitiba, onde ainda exercia função, diretor do Ginásio Paranaense (principal instituição de ensino secundário do estado) e, entre ainda outros atributos, já havia ocupado o cargo de diretor da Inspetoria de Higiene do Paraná, e na legislatura e política estadual (deputado estadual, em 1892; vice-governador 1900-1904). Conhecedor da situação da assistência pública e educacional paranaense parecia a ele, com aquela ação, reconhecer os limites “oficiais” que cercavam o tema.

Daí que o lugar assumido pela recém-constituída FMP representasse, por um lado, à sociedade paranaense, diante de certa desarticulação sentida das questões médicas e de saúde no estado, um passo a frente das mazelas públicas, e por outro, congregasse o entendimento do que se pretendia organizar em torno da constituição de uma instituição que visava a formação de profissionais essenciais para atender as demandas de uma cidade em vias de acentuada expansão. Havia certa consciência de que o tema da assistência pública era de importante carência reclamada e debatida insistentemente nos editoriais dos jornais e por médicos que davam tom ao tema, como, por exemplo, o dr. João Evangelista Espíndola, colaborador assíduo do principal jornal vespertino da cidade, o *Diário da Tarde*. Numa das ocasiões, Espíndola mencionou a precariedade do serviço de assistência local realizado na SCM de Curitiba, instituição que ele mesmo dirigia, que, diante da insuficiência de recursos financeiros de que gozava a casa, era “difficil a manutenção de um médico permanente, um médico de dia, para me servir de gyrya, afim de prestar socorro a esta classe especial de avariados que não podem esperar pela sua hora como o fazem os simples consultantes de gabinete.” (ESPÍNDOLA in *Diário da Tarde*, 27 fev. 1912, p.1). Ele entendia que era preciso alguma ação ante o tema e chamava a atenção para isso, principalmente “em uma capital cuja criminalidade vae augmentando de anno para anno” (Idem).

Na SCM de Curitiba, não havia médicos permanentes, os existentes compareciam ao hospital somente pela manhã, retornando apenas quando os internados exigiam a sua presença. Correndo o risco de não serem prontamente atendidos, sofrendo as consequências das más condições das vias públicas que colaboravam para agravar o risco de morte dos enfermos, os cidadãos se arriscavam no trajeto, não raro necessitando de cuidados imediatos. Chegavam sem os primeiros auxílios e já “moribundos” à SCM, inviabilizando qualquer procedimento ao seu favor. Ir ao hospital nessas condições assistenciais tão adversas era arriscado por si só. Não bastasse a evidência dramática da questão da (des)assistência pública em Curitiba no início do XX, havia ainda uma convivência muito tolerável de aspectos considerados impraticáveis frente ao regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Paraná, aprovado em 1892 e instituído em 1897 (Lei n. 261): o consultório médico nas farmácias.

A farmácia aparece, geralmente, como um dos primeiros lugares, porque mais próximos, para onde acorriam os acidentados de qualquer natureza e gravidade, e não só na capital sendo este, muitas vezes, o socorro possível aos enfermos do interior do estado. Nas

farmácias de Curitiba, nos anos de 1910, era comum a presença de médicos que faziam ali seus consultórios, anunciados nos jornais da cidade, mas proibido por essa mesma lei. Do mesmo modo, era perceptível a tolerância aguda dos órgãos públicos de fiscalização da Inspetoria de Higiene e não só quanto aos problemas da higiene municipal. Há muito que se denunciava o “pesado e criminoso sono” (DIÁRIO DA TARDE, 6 dez. 1912, p.2) da instituição, dirigido pelo médico Petit Carneiro e assessorado pelos também médicos Moura Brito e Assis Gonçalves – todos futuros e destacados professores da FMP. Aparentemente, quando a ação não resultava em morte dos atendidos, pouco se fazia dos “terapeutas” que se intitulavam conhecedores de práticas duvidosas e arrematavam clientela na cidade a peso de ouro, como o caso de “Gran Pallini” (cf.: CINTRA, 2010: 72-73).

A ausência de médicos e farmácias em Curitiba era sentida de tempos ainda remotos. Quando da epidemia do cólera, em 1855, período coincidente com a mesma ocorrência no Rio de Janeiro logo depois da epidemia de febre amarela (1849-1850). Além dos curandeiros e terapeutas populares estabelecidos na capital paranaense, apenas um médico militar, Cândido Muricy, e uma pequena botica do hospital militar, davam conta de atender toda a população paranaense nos casos de saúde/doença (LOPES, 2002). Sem esquecer que, desde meados dos Oitocentos, a SCM de Curitiba, originada para apoiar o hospital de Paranaguá repleto que estava dos casos do cólera, também se constituía em possibilidade de assistência pública – a mais importante casa de saúde da cidade até meados do século XX. No interior do estado, dependia-se especialmente dos farmacêuticos. Augusto Stellfeld, em Curitiba, inaugurou a primeira farmácia numa praça central da cidade: a Farmácia Alemã, na Praça Tiradentes (BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins, 1999) – e o próprio farmacêutico, tempos depois, aparece na lista de alunos ouvintes no curso médico da FMP, em 1915 (UP, 1915, p. 30). Mais ao final do século XIX, com novas epidemias a grassar em Curitiba (erysipella, febre amarela etc.), a situação seria compartilhada pelos médicos Trajano Joaquim dos Reis, que também ocupou a Inspetoria de Higiene do Paraná, um dos primeiros órgãos na área da saúde criado em 1892 pelo governo do estado, e Jayme Dormund dos Reis, seu filho.

Da criação da Inspetoria de Higiene (1892), outras ações ocorrem conjuntamente na área da saúde; é do mesmo ano a aprovação do Regulamento do Serviço Sanitário no Paraná, entretanto, a sua definição só ocorreria anos depois, em 1897, e a efetiva instituição do Código Sanitário, ainda mais tarde, 1918, meses antes da gripe espanhola fazer suas vítimas. É desse tempo, ainda, o destacamento de um grupo de religiosas francesas que chega à capital paranaense a pedido do bispo dom José de Camargo Barros, para o cuidado da SCM de Curitiba. Em 1896, as Irmãs de São José originárias de Moutiers, Tarentaise (França), fixam-se na capital paranaense onde logo assumem o compromisso de auxiliar no trato dos doentes e na organização e direção do principal hospital local que se encontrava em estado precário. O sucesso da empreitada fez com que o bispo pedisse por outro destacamento das mesmas religiosas francesas que, no ano seguinte, passam a atender a SCM de Paranaguá (PIZANI, 2005). A higiene como elemento imprescindível para o prolongamento da vida era o entendimento científico da época. (ROCHA, 2003)

Pouco a pouco, o médico e a sua ciência tornavam-se essenciais nesse contexto de mudança do urbano e da assistência à saúde e assumiam para si o papel de representantes da sociedade moderna, reiterando o que afirma Márcia Regina Barros da Silva, “a cidade moderna nascia do padecimento” (SILVA, 2007: 261) e das ações aí decorrentes. É entre o movimento de uma cidade, como Curitiba, que oscilava entre uma visão positiva, até ufanista, em que signos do progresso aparecem ligados ao crescimento urbano, e outra visão negativa, na qual esse mesmo crescimento expunha a dificuldade das autoridades em dar conta dos problemas em tela, que se encontrava a capital paranaense com dramas que se aproximavam, embora em menor escala, do ocorrido, por exemplo, em São Paulo, entre os séculos XIX-XX (GUIMARÃES, 2007). Papel essencial que os médicos sanitaristas assumirão para si, e do

qual participarão ainda engenheiros e administradores públicos que tecerão novos contornos, em especial às grandes cidades brasileiras.

Curitiba, por sua vez, não era, àquele tempo, sequer uma cidade de porte médio, com muito menos de 100 mil habitantes – ponto esse que se somou ao impedimento do reconhecimento legal da UP a nível nacional (cf.: CAMPOS, 2008). Mesmo assim, seus gestores se espelhavam nas grandes cidades para desenhar o seu “futuro”. E nelas, o retrato de uma “cidade virtuosa”, no sentido exposto por Heloísa Rocha (2003), saneada e regenerada, se projetasse como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Daí que a jogatina, a prostituição (a preocupação com as doenças venéreas, dentre as quais a sífilis é o principal destaque, cf. MARQUES, 2004) e a atenção à criminalidade (que ganha, no fim do XIX, de Cesare Lombroso e outros médicos, ciência própria, com a polêmica antropologia criminal) começam a ser encarados, em Curitiba, no exercício do combate aos vícios.

Na virada dos séculos XIX-XX, os médicos, em todo o país, despontam como arautos do progresso, da modernização e do saneamento das urbes, como agentes definidores da relação com o outro, com a cidade, com a saúde em si. Entretanto, o papel ora assumido pelos médicos em Curitiba, especialmente os envolvidos ou acolhidos no projeto da FMP, não os coloca tão conectados ao controle direto e incisivo do social, haja vista a aparente *tolerância* demasiada a várias questões da higiene social que, apesar de reclamadas insistentemente pela população nos jornais, não era atendida. O caso da atuação de charlatães que disputavam o espaço de cura com médicos formados é outro ponto a considerar nessa atuação um tanto displicente dos órgãos públicos à época. Porém, num outro sentido, os médicos paranaenses se apresentam muito mais preocupados com a formação de profissionais da medicina (e da saúde) que constituíssem um corpo de especialistas que pudessem colaborar para dirimir, a médio e longo prazo, os inúmeros problemas vivenciados pelo estado e experimentados cotidianamente pela sua população, inclusive no que diz respeito a assumir papéis do poder público, a fim de disponibilizar, se ausentes, e ampliar, quando existentes, os serviços de assistência pública à saúde. O controle do social, nesse caso, se daria sob outra forma e dimensão possíveis: o da profissionalização dos jovens – o que já antecipa um dos primeiros atos da formação da classe médica no Paraná.

A preocupação com a continuidade do estudo dos jovens partia daqueles que estavam num dos principais ambientes de efervescência cultural da cidade, entre os séculos XIX e XX: o Ginásio Paranaense, principal instituição de ensino secundário do estado. E era ali, espaço público de encontro por eleição desses intelectuais paranaenses, na sua maioria professores e aclamados mestres que logo interfeririam direta ou indiretamente nas questões da cidade, que ideias sobre a constituição do ensino superior no Paraná tiveram ressonância. Afinal, naquele momento, o projeto de uma universidade no Paraná não passaria ao largo dos projetos de modernização daquela que era a capital do estado. O médico Victor Ferreira do Amaral, diretor do Ginásio Paranaense, corresponderia, junto a muitos outros nomes, nesse sentido de investimento, na formação de bacharéis na própria capital.

Vae dentro de breves dias instalar-se o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, com o qual, dentro de alguns annos, uma vez em funcionamento todos os cursos universitários de que elle se compõe, ficaremos definitivamente emancipados das escolas superiores dos outros Estados para as quaes até hoje mandávamos os nossos filhos, quando queríamos vel-os seguir uma carreira acadêmica qualquer. A 19 do corrente [dez. 1912] inaugura-se, em sessão solemne, no Palácio do Congresso Legislativo do Estado, a Universidade do Paraná. (COMMERCIO DO PARANÁ, 12 dez. 1912, p.1).

A expectativa da instalação do primeiro estabelecimento de ensino superior no Paraná, nos anos iniciais da década de 1910, trazia a reboque a expectativa da “emancipação” das escolas superiores “dos outros estados” para os quais eram “mandados os nossos filhos” para seguirem “uma carreira acadêmica qualquer” – as palavras da primeira página do

Commercio do Paraná, periódico local, no anúncio da constituição da UP, em dezembro de 1912. Uma manifestação que incorporava a percepção, então possível, de consolidar um projeto que *emanciparia definitivamente*, e a nível educativo e cultural, não apenas os jovens, mas o estado paranaense no cenário nacional - e às portas de mais uma comemoração da emancipação política do estado. Na imprensa paranaense, as discussões sobre a criação de uma universidade na cidade eram calorosas e davam vazão a interpretações divergentes. Mas quando entendida positivamente pelos críticos, não raro associavam ao seu argumento à percepção de uma cidade propícia aos estudos devido aos “bons ares” (a ideia da salubridade do clima curitibano), e por não haver muitas distrações que competissem com a atenção da mocidade estudiosa como ocorreria nos grandes centros urbanos repletos de cinemas, teatros, bares e casas das mais variadas atividades. Haveria em Curitiba, portanto, um lugar propício para os estudos superiores. Interessante observar que não só nesse período o tema da educação superior concentrou a atenção dos editores, colaboradores, críticos e populares que tinham acesso aos principais jornais paranaenses (*Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*), mas também, e pelo menos, ao longo de toda a década de 1920, sendo esse um dos temas de maior evidência do periodismo paranaense (cf.: VIEIRA, 2007, p. 24-27 – tabelas 1 e 3) – e, como informa o autor, não à toa, mas com ampla participação dos que se encontravam no projeto da UP.

Nos primeiros passos dessa história institucional, dois grupos de idealizadores que sem o saberem, tramaram para a criação dos cursos de ensino superior na cidade (cf.: CAMPOS, op. cit.; BEGA, 2001). Reunidos, mais à frente, tais grupos, sob a liderança do dr. Victor do Amaral e dr. Nilo Cairo celebram a criação da UP em fins de 1912. E não será à simples revelia a definição dos cursos que ali tomarão corpo. A despeito de pesar sobre tal definição a aproximação às próprias qualificações do contingente elaborador desse projeto, estariam ali também envidadas e contempladas as questões atinentes a “ciência” e a “técnica”, que caminhavam juntos aos vários sentidos reclamados àquele tempo. Formar especialistas e profissionais liberais nas especialidades de curar, construir e comercializar – eixos essenciais da vida em sociedade no começo do século XX e de uma capital em vias de *urbanização* e *modernização* – estavam presentes nos ideais da universidade que era então constituída, traduzindo bem o lema adotado: *Scientia et Labor*. Era o desejo de parte da sociedade paranaense, sua elite e camadas médias, que entendiam a necessidade da formação de um corpo de profissionais especializados a bem de atender a população nos eixos da educação e da saúde, bem como colaborar para o desenvolvimento econômico e social local e nacional. Daí a urgência de se pensar os primeiros cursos na área da saúde, assim como os de engenharia, os da área jurídica e os cursos técnicos comerciais, cujas áreas se faziam representar na cidade.

Tais aspectos contribuem para entender o pensamento em torno da constituição do projeto de ensino superior no Paraná e, especificamente, no tocante à criação dos primeiros cursos na área da saúde, inclusive o médico: a resposta ante a ausência desses profissionais específicos para atender a população crescente. No começo do XX, era a expectativa de projeção de uma cidade ordeira e asseada e que se queria *moderna* e *civilizada* para a capital paranaense, em contraposição à endêmica e epidêmica cidade desnudada no estudo do jovem médico Jayme Reis (1898). Se considerarmos que *medicalizar a sociedade* era o lema nacional dos médicos higienistas e sanitaristas do começo do XX (MARQUES, 1994), isso não fugiria aos interesses de uma capital que procurava se projetar no cenário nacional. Porém não só à medicalização da cidade/sociedade serviriam os profissionais formados pela universidade paranaense nascente, pois a criação da FMP buscava mesmo o caráter pragmático na formação de especialistas em medicina (e na saúde) que formassem contingente qualificado visando a aplicação social no exercício da clínica, no atendimento da população. E a esse respeito é que correspondem os projetos constituídos no interior da FMP.

Nesse novo espaço da FMP, arremontava-se, pela primeira vez e amiúde, um corpo

de médicos-professores e especialistas que, a partir dali, pensavam em conjunto ações no campo médico e da assistência à saúde que até então não haviam sido possíveis numa escala mais ampliada. É com a criação da FMP que se instaura a possibilidade real da constituição de ainda outras instituições conexas: as de assistência a saúde da população (Maternidade, Hospital da Crianças, Dispensários, etc), as associações da classe médica emergente (a Sociedade de Medicina do Paraná, SMP, em 1914), as revistas específicas e de difusão das próprias pesquisas e do intercâmbio com outras instituições e agremiações médicas no país (como Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Porto Alegre, que se encontravam na Revista Paraná Médico, em parceria com a SMP, em 1914), além de permitir o acesso e mesmo o intercâmbio de práticas com as demais instâncias de saúde, médica e até policiais do Estado, que tinham em suas diretorias professores lotados na FMP: na SCM de Curitiba e no Hospício N. S. da Luz – dr. João Evangelista Espíndola e dr. Antônio Rodolpho de Lemos, respectivamente; no Instituto Pasteur de Curitiba – dr. Eduardo Leite Leal Ferreira; no Laboratório de Análises do Estado – dr. Manuel Lustosa Carrão; no Departamento de Polícia (médicos legistas) – drs. Moura Brito, Assis Gonçalves e Miguel Santiago, alguns exemplos.

É a partir da constituição da FMP que se percebe a mobilização conjunta destes profissionais dispersos em pontuais ações médicas e de assistência pública à saúde no Paraná. Era ali então estabelecido o palco essencial que congregava os profissionais da medicina científica em várias vertentes e os legitimava de modo efetivo no exercício do poder médico na capital e no estado do Paraná. Não à toa, um dado curioso que se observa nos jornais paranaenses logo após a abertura dos cursos da saúde na UP e no decorrer do ano de 1913, é o aumento de anúncios de médicos em passagem pela cidade e/ou que já anunciavam sua permanência definitiva em Curitiba. Era a possibilidade real da assistência à população com a abertura de consultórios em casa (os gabinetes) ou nas farmácias, bem como, e não se pode menosprezar, a possível expectativa de participação no efetivo quadro docente dos cursos da recém-constituída FMP. Elementos que denotam muito mais expressividade ao projeto formativo-cultural ocorrido no estado do Paraná.

Da FMP a difusão dos projetos formativos e assistenciais: o lema “*Scientia et Labor*”

Um dos primeiros projetos a bem de atender ao ensino clínico ofertado pelo curso de medicina (e os da saúde) da FMP, e que se seguiu à constituição da escola médica, foi a criação da Maternidade do Paraná - um espaço para o ensino da disciplina de Obstetrícia (cf. sobre a disciplina: MARTINS, 2004). A ideia em torno da criação de um hospital para parturientes já rondava os jornais de Curitiba, desde 1912, na defesa do dr. Reinaldo Machado, camarista que dedicou um projeto municipal ao tema, mas que não teve, porém, continuidade à ocasião. Victor do Amaral, também dedicado a esse assunto de sua especialidade, entendia a necessidade no interior mesmo da SCM de Curitiba, o que também não veio a ocorrer no início do século XX. Somente em 1914, quando ambos os médicos juntaram os esforços no trabalho conjunto na FMP que foi possível tal constituição. E das pequenas salas a ela dedicada no interior do prédio em construção da FMP aquele ano (vide Figura 1), a maternidade, aos poucos, avultou-se em número de parturientes e alunos e ganhou mais espaço, outros prédios, um novo edifício nos anos 1930 e manteve-se, apesar de alguns períodos fechada, ainda hoje, como uma das principais maternidades públicas do estado do Paraná. O processo de institucionalização do parto e do ensino de parteiras, contudo, não aconteceu sem resistências, seja pela natureza da profissão ensinada por gerações às mulheres e que se transferia a formação dos médicos, seja pela desconfiança gerada pelo atendimento masculino. No caso paranaense, o prestígio de que gozavam os nomes de Victor do Amaral, Reinaldo Machado, Nilo Cairo e ainda outros, contribuíram, aliados às funções que assumiam

na docência na FMP, no atendimento hospitalar, na gestão pública e na imprensa paranaense, para respaldar a criação e aceitação da maternidade na cidade (FARIAS, 2010, p. 86ss).

Outro projeto que teve grande respaldo da FMP, em especial, para sua constituição, foi o Hospital de Crianças, cujo interesse era comum a outras instituições de saúde na cidade, especialmente à Cruz Vermelha Brasileira – Seção Paraná, que tinha na pessoa de Victor do Amaral um de seus fundadores. Desde 1923, os relatórios da FMP informam essa ligação entre ambas as instituições, e com muita força na década de 1930, com especial relevo entre os anos de 1930 a 1936 quando o já constituído Hospital de Crianças é custeado pela FMP, constando inclusive do seu patrimônio conforme os relatórios anuais do período. O atendimento às crianças se fazia absolutamente necessário num tempo em que a mortalidade infantil era muito alta - e o ensino de clínica pediátrica condição do curso médico. Somente mais tarde, quando o hospital passou a ser propriedade do estado, que a FMP cogitou a criação de um dispensário infantil na própria Maternidade. Aquele inicial projeto de assistência à população infantil tornou-se hoje o complexo que é o atual Hospital Pequeno Príncipe, cujas origens datam de 1919, senão anteriores ainda.

O Hospital da Criança, em 1930, a Maternidade Victor do Amaral (antes de 1929, Maternidade do Paraná) e o Dispensário Dentário (servindo ao curso de Odontologia, desde 1913) conformam, juntos, o rol de institutos de saúde – recém-nato, criança, mulher e saúde bucal – anexos à FMP. Somados aos convênios com os hospitais particulares da SCM de Curitiba e do Hospício N. S. da Luz – clínicas médicas e neuropsiquiátrica respectivamente –, constituíam-se na rede de instituições de assistência médico-hospitalar que tinham na FMP o ponto nevrálgico na primeira metade do XX. Durante longo tempo, seria essa, efetivamente, a estrutural parceria que balizava o curso médico (e os da área da saúde) até a constituição do Hospital das Clínicas – a partir do antigo projeto do Hospital do Paraná, nos estatutos primeiros da FMP –, cuja construção é iniciada apenas no ano de 1949, congregando ali um amplo complexo para o ensino concentrado das clínicas e da assistência médica. Entretanto, antes, em 1935, dois pavilhões foram construídos junto à SCM de Curitiba, para melhor atender, e com urgência, o ensino das clínicas aos alunos da FMP. Em 1939, ainda, é ampliado e melhorado o Laboratório de Clínica Neurológica e Psiquiátrica (a cargo do professor Octávio da Silveira) do Hospício N. S. da Luz. E em 1941, a Maternidade Victor do Amaral, acolhe ampliações estruturais e investimentos nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e ainda Puericultura. O antigo projeto de constituição da Policlínica da UP, que aparece inicialmente nos Estatutos de 1914 em capítulo próprio (Capítulo XV, p. 66), teve de esperar três décadas para retornar aos relatórios oficiais da instituição, registrando os primeiros passos a caminho da construção, que ainda se adiará, mas logo se concretizará, da Policlínica Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, em prédio próprio, à rua Ébano Pereira, onde hoje serve apenas de sede ao Diretório Acadêmico Nilo Cairo (curso médico), o DANC, fundado em 1917. Havia diferenças naqueles projetos primeiros do Hospital do Paraná e da Policlínica, sendo o primeiro essencialmente assistencial e o segundo voltado efetivamente para o ensino das clínicas, como um dispensário médico-cirúrgico. E não se pode esquecer ainda da conclusão das obras do Dispensário de Puericultura na Maternidade, no ano de 1945.

Todas as ações aqui mencionadas, que não se constituem na sua totalidade, embora tenham recebido ampla atenção no que diz respeito ao período em tela, denotam a efervescência dos projetos assumidos pela FMP e a ampliação dos serviços públicos e assistenciais ofertados, a fim de acolher a demanda crescente de assistidos, bem como o ensino clínico dos seus alunos, cada vez em maior número nos bancos da escola médica. De modo geral, de que outra forma teriam conciliado melhor, e por tanto tempo, os dizeres daquela inspiração do brasão da casa: *Scientia et Labor...* Tal como a vida do dr. Victor do Amaral que, em 1945, jubilado por 32 anos de serviços prestados desde as primeiras atividades como diretor da UP e depois, ininterruptamente diretor da FMP, manteve-se na

direção desta por aclamação de toda a Congregação. No ano seguinte, em 6 de julho de 1946, pela primeira vez na história da FMP, a eleição da diretoria aclamaria outro nome: uma nova gestão era iniciada na escola médica paranaense com o dr. Alfredo de Assis Gonçalves. Naquele mesma ocasião, o dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva foi aclamado Reitor da “Universidade do Paraná”, desse momento em diante, reconhecida a nível federal.

**“Contribuir para o avanço da ciência”:
associações e revistas médicas**

No ano de 1914, tão logo a primeira turma de médicos começou os seus estudos na recém-constituída FMP (1913), um grupo de médicos-professores se organizou em torno de um ideal e fundou, no mês de agosto, em Curitiba, a Sociedade de Medicina do Paraná (SMP). Era a tentativa de organização do grupo em uma classe médica constituída oficialmente, investindo em outras searas da área médica e para além da própria escola. Duas diretrizes gerais da nova instituição são apontadas por Márcia Dalledone Siqueira (1993, p.15): “Propugnar pela ética médica e pela produção de trabalhos científicos que viessem contribuir para o avanço da ciência”. Não só isso. Nas sessões da entidade, marcadas pela afirmação da ciência médica desenvolvida e acolhida pelos seus membros, a preocupação em torno de temas do cotidiano e a tentativa de intervenção em alguns casos, como epidemias, doenças e charlatanismo, estavam presentes. Pelo menos é o que mostra a revista médica que procurou difundir os saberes circulantes entre os congregados atuantes e assistentes da SMP num dos primeiros esforços encontrados pelos médicos-professores, na tentativa de afirmação e projeção da classe médica, em organização, no cenário local. A introdução do periódico médico, portanto, colaboraria para esse objetivo, ainda que de modo limitado ao público de congregados e de interessados, geralmente médicos. No caso paulista, o periodismo médico surgiu em São Paulo, num período ainda anterior às primeiras décadas do XX, e ao mesmo tempo em que são criadas ali novas instituições médicas, servindo de instrumentos à classe médica paulista para a institucionalização da medicina científica, além de servirem hoje como importantes instrumentos de análise em relação aos “processos da produção do conhecimento, do ensino e de institucionalização da Medicina” (SILVA, 2010: 296-297).

A revista *Paraná Médico*, por sua vez, não era a primeira ocorrência do periodismo médico no Paraná. Antes, houve uma breve tentativa que durou apenas dois anos. Depois dessa passagem é que a revista da SMP lançou-se ao desafio de se inserir no plano local e nacional e manteve-se por mais de uma década, pelo menos, com essa denominação. O primeiro número da revista que circulou em 19 de agosto de 1916, contou com redatores conhecidos do meio acadêmico e profissional paranaense: João Cândido Ferreira, Reinaldo Machado e João Evangelista Espíndola, bem como o redator-secretário, Miguel Santiago, e o redator-gerente, Eduardo Leite Leal Ferreira. Todos vinculados à escola médica paranaense – daí a importância de visualização de suas ações nessa outra seara. Nessa primeira ocasião, sem exceção, à capa do periódico, aos seus nomes constava o adendo: “professor da Universidade [do Paraná]” – o indispensável reforço de autoridade.

Fundada na data do segundo aniversário da SMP, sob a direção do dr. João Cândido Ferreira, membro filiado à Academia Nacional de Medicina – de lá, certamente, a sua inspiração para o título da revista, pois *Brasil Médico* (1887) era o periódico daquela instituição –, a revista *Paraná Médico* se tornou o espaço mensal de publicações de artigos médicos científicos cujos temas davam passagem aos interesses de investigações específicas dos próprios médicos e de suas especialidades, bem como à divulgação das ações educacionais das escolas médicas do país, dentre as quais a FMP, com a exposição dos programas de ensino do curso médico e fotos de museus e gabinetes do ensino prático. A revista também se constituía na oportunidade de uma certa especulação comercial, com a

propaganda das farmácias (Pharmacia Esphinge e Pharmacia André de Barros, por exemplo, na capa), laboratórios (Laboratório Central, de João A. de Araújo – o mesmo do xarope Peitoral Paranaense do dr. Victor –, constava internamente), clínicas e médicos (Dr. J. C. – um exemplo de clínica médica), remédios (Peitoral Infantil) e habilidades profissionais (“Partos sem dor”, a chamada do dr. Victor do Amaral à sua especialidade e no “tratamento médico de moléstias das Senhoras”). Isso, certamente, compunha o caixa para as custas da impressão realizada junto à Tipografia da Penitenciária do Estado.

A origem da revista se deu com as sessões de encontros dos congregados da SMP, cujos trabalhos “numerosos e de real valia” ficavam “esquecidos nos arquivos, sem repercussão alguma”, e a classe, apesar dos esforços, continuava “ignorada, confinada em círculo reduzido”, com seus “triumphos” alcançados restritos ao “meio profissional”. (PARANÁ MÉDICO, Curitiba, anno I, num. I, 19 de ago. 1916, p. 1). Era, pois, necessário “irradiar” toda essa expectativa de projeção da classe médica paranaense: não mais arquivada, não mais desconhecida, levando trabalhos com repercussão para círculos mais amplos e para além do meio profissional. Daí a revista com toda a promessa gerada: difusão de boas ideias, defensora dos interesses coletivos da classe, eco de nobres aspirações, repositório de investigações científicas, intermediária das relações com as sociedades congêneres e “principalmente” representante genuína de seus ideais. A revista circulou por mais de uma década, tendo notícia de sua publicação até, pelo menos, o ano de 1929, sendo possivelmente a inspiração local (ou até mesmo a continuação) para a *Revista Médica do Paraná*, do ano de 1931, da Sociedade Médica dos Hospitais, que foi um braço institucional dos interesses dessa mesma SMP, inclusive com os mesmos participantes.

Porém, em agosto de 1916, quando foi lançada a revista da SMP, o *terreno* já vinha sendo curtido, pelo menos, e com mais atenção, desde a criação da FMP e os seus convênios e institutos anexos, cujas ações iniciais e a ampliação dos campos de atuação assumidos pelos professores e alunos da FMP, a meu ver, ofereciam amplas condições para que se espraiassem as ideias médicas em torno de associações e de revistas, tais como os casos em tela – e ainda outros como os da vizinha cidade de Ponta Grossa, cuja Associação Médica data de 1931 e em suas reuniões há o registro da participação de médicos da capital, como Mário Braga de Abreu, Erasto Gaertner, Metry Bacila, alguns exemplos desse intercâmbio paranaense (CHAVES, 2006: 55-63). E é nesse sentido que observo, pelo menos nesse específico momento de constituição da primeira sociedade médica paranaense, e nos seus anos iniciais, a existência de uma conexão entre as duas casas: a FMP (1913) e a SMP (1914). Eram os mesmos membros ativos e participantes em ambos os projetos. Entretanto, a FMP, projeto inicial, auxiliou na configuração de um espaço de encontro de médicos formados e formadores de novos membros da classe, e que, nela congregados, encontraram condições (intelectuais, profissionais, materiais etc.) para a sua organização em uma instituição própria e representativa de seus interesses, como a SMP e suas demais instituições derivadas, sendo a *Revista Paraná Médico* um dos primeiros exemplos. Mais tarde, no início da década de trinta, outras instituições advieram do mesmo núcleo comum da SMP, contando com os mesmos membros e intenções complementares: a Sociedade Médica dos Hospitais, em 19 de dezembro de 1930, a fim de atender estritamente o intercâmbio científico de casos clínicos entre os médicos de hospitais; e o Sindicato Médico do Paraná, em setembro de 1931, constituído após o Congresso Médico Sindicalista realizado poucos meses antes na capital federal. Juntas, em 2 de julho de 1933, as três entidades dão origem à Associação Médica do Paraná, sendo eleito o dr. Milton Macedo Munhoz para a primeira gestão diretiva (SIQUEIRA, op.cit.: 14-20). É essa a instituição representativa da classe médica paranaense até os dias atuais – e não a única –, inclusive com a manutenção da *Revista Médica do Paraná*, de 1931, herança da Sociedade Médica dos Hospitais.

Se a SMP foi efetivamente à época “a primeira resposta encontrada pelos médicos

paranaenses frente às questões que se colocavam” (Idem, p. 14), entendo que ela só o pôde ser como tal a partir das condições postas pela organização iniciada na FMP, o primeiro espaço de agremiação e de difusão dos saberes científicos, tendo como base o ensino dos cursos médico e da saúde, a pesquisa junto aos laboratórios ali preparados e a extensão na aprendizagem das clínicas nos gabinetes juntos aos hospitais e instituições congêneres de assistência criados por ela ou compartilhados pela escola médica. Nesse sentido, pensar a constituição da sua primeira agremiação além da escola médica (FMP) é lançar vistas à memória de um tempo e instrumento (a revista) um tanto esquecidos, mas que resguarda valores que se mantêm até o projeto atual de sua organização. Afinal, na trajetória das instituições associativas da classe médica no Paraná, e na ausência de novos trabalhos que tragam outras questões ao tema, se estará falando, de modo muito próximo, da mesma instituição, ao menos, da mesma matriz. O primeiro encontro daqueles homens de ciência que fizeram a história da ciência médica ou da medicina paranaense na primeira metade do XX aconteceu mesmo, e inicialmente, nos corredores e alas da Faculdade de Medicina do Paraná.

REFERÊNCIAS

BEGA, Maria Tarcisa. *Sonho e invenção do Paraná: a geração simbolista e a construção de identidade regional*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

BENVENUTTI, Alexandre F. *As “Reclamações do Povo” na “Belle Époque”*: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Da Pharmacia à Farmácia: farmácias curitibanas 1857-1940*, v. 25, n. 123, jul. 1999.

CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

CHAVES, Niltonci Batista. (Org.). *Medicina em Ponta Grossa: histórias da Associação Médica*. Ponta Grossa, PR: Ed. da UEPG, 2006.

CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. “*Scientia et Labor*” no Palácio de Luz: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946). Curitiba, 2010. 250f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

FARIAS, Fabiana Costa de Senna Ávila. *A institucionalização do parto e do ensino de parteiras: os cursos de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná/Maternidade Victor do Amaral (1922-1951)*. Curitiba, 2010. 292f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPR.

GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 323-349, 2007.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

_____. A espécie em risco: sífilis em Curitiba nos anos 1920. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 277-294.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

PIZANI, Maria Angélica P. N. *O cuidar na atuação das Irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)*. Curitiba, 2005. Tese – (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências, Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

ROCHA, Heloísa Helena P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

SILVA, Márcia Regina Barros da. Periódicos médicos em São Paulo entre 1889 e 1950. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p.277-298.

_____. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.27, n.53, 2007, p.250-261.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone (Coord.). *Associação Médica do Paraná*. Curitiba: Associação Médica do Paraná, 1993.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2007, p. 11-40.

FONTES

Cartão Postal, “Curityba – Universidade do Paraná”, s.d. (Arquivo da Direção do Setor de Ciências da Saúde - UFPR)

COMMÉRCIO DO PARANÁ. Curitiba, ano I, n. 53, 12 dez.1912, p. 1.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Hospital da Misericórdia* – subscrição permanente. Curitiba, n. 150, 9 abr. 1913, p. 2.

DIÁRIO DA TARDE. *Hygiene municipal*. Curitiba, n.4.244, 6 dez. 1912, p. 2.

ESPÍNDOLA, Doutor. A proposito do suicídio de João Paraguay. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 4.057, 27 fev. 1912, p. 1 – grifos no original.

FMP. *Relatório do ano de 1945 apresentado á Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, Diretor, em sessão de 24 de janeiro de 1946.* Curitiba: João Haupt & Cia Ltda, 1946, p. 50-51.

LOPES, Cândido M. *Biografia ou breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Candido da Silva Murici.* Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

PARANÁ MÉDICO, Curitiba, anno I, num. I, 19 de ago. 1916, p. 1.

PARANÁ. *Lei n° 261* – 27 de dezembro de 1897. Define o Regulamento do Serviço Sanitário do Paraná.

_____. *Decreto n. 1* – 1° de julho de 1892. Regulamento do Serviço Sanitário Terrestre do Estado do Paraná. *Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918.* Curitiba: Typ. da “República”, 1918, p. 230-231.

REIS, Jayme Dormund dos. *Das principais endemias e epidemias de Curityba.* Tese apresentada à Cadeira de Hygiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1898. RJ: Typ. Ribeiro, Macedo & C., 1898.

UP. *Relatório Geral da Universidade do Paraná apresentado á Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1915 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, Director.* Curityba: Typ. Max Roesner, 1915, p.30.